



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), localizadas nas 54 (cinquenta e quatro) cidades constantes no Anexo 1 deste documento.

2. JUSTIFICATIVAS

Necessidade de preservar as edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Melhorar o estado de conservação das unidades que necessitam intervenção por meio de empresa especializada em Manutenção Predial.

Melhoria nas condições de atendimentos aos usuários das instalações do TJ-CE.

Redução dos tempos de atendimento, dos custos administrativos e dos custos operacionais mediante possibilidade de realização de manutenção preventiva das edificações.

Diminuição dos custos de administração e dos custos financeiros decorrentes da não necessidade de estoque de material.

3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJ-CE

Tabela 3.1 Impacto da Contratação por Indicador

ID	Objetivo	Impacto
1	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	-
2	Intensificar a interlocução com a Sociedade	-
3	Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos	-

4	Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	-
5	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	-
6	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos	-
7	Aprimorar a Governança Judiciária	-
8	Garantir a infraestrutura adequada	Forte
9	Aprimorar a Gestão de Pessoas	-
10	Aprimorar a Governança e a infraestrutura de TIC	-
11	Garantir a Sustentabilidade financeira	-

4. TERMINOLOGIA

Para os estritos efeitos deste documento, são adotadas as seguintes definições:

- 4.1 CONTRATADA: empresa proponente vencedora do certame com a qual se assinou Contrato.
- 4.2 CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
- 4.3 Conservação: atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes da edificação.
- 4.4 Manutenção: conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.
- 4.5 Manutenção (ou Conservação) Corretiva: conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento, sistema ou instalação após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente.
- 4.6 Manutenção (ou Conservação) Preventiva: conjunto de ações ou de operações de manutenção ou conservação, executadas sobre um equipamento, sistema ou instalação, com programação antecipada, objetivando mantê-lo(s) operando ou em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Dentre essas atividades preventivas, incluem-se: ensaios, testes, ajustes, calibrações, limpeza geral, pinturas, reconstituições de partes com características alteradas, substituições de peças ou

equipamentos desgastados, reorganização interna e externa de componentes, adaptações de componentes, entre outras.

- 4.7 Manutenção Programada: manutenção preventiva e/ou corretiva realizada em obediência a um Programa ou Plano de Manutenção dos componentes da edificação.
- 4.8 Adequação Predial: serviços realizados com o objetivo de realizar modificações na edificação para adequá-la a um novo *layout*.
- 4.9 Atendimento Emergencial: são considerados atendimentos emergenciais aqueles onde haja risco potencial a seres humanos e de perdas ou deterioração de processos ou bens patrimoniais, ou ainda paralisação das atividades da unidade (Falta de energia elétrica, falta de água potável encanada, infiltração na cobertura, entre outras, a critério da CONTRATANTE) caso não haja uma intervenção imediata.
- 4.10 Serviços eventuais: são serviços executados sob demanda específica do CONTRATANTE, e que visam o atendimento de necessidades que extrapolam os planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada.
- 4.11 Rotina de Execução de Serviços: é o detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.
- 4.12 Fiscal do Contrato: é o representante da Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8666/93, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.
- 4.13 Produtos ou Resultados: são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.
- 4.14 Ordem de Serviço: é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.
- 4.15 Sistema: conjunto de equipamentos, periféricos, acessórios, elementos, materiais ou componentes, ligados fisicamente ou não, os quais, utilizando seu desempenho individual, contribuem para uma mesma função.
- 4.16 Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas: são os utilizados na manutenção preventiva e corretiva, tais como: amperímetro, voltímetro ou multímetro digital do tipo alicate e mala de ferramentas para os profissionais contendo ferramentas básicas e específicas de cada categoria.
- 4.17 Equipamentos de Proteção Individual (EPI's): são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Base de Apoio

A CONTRATADA deverá manter no mínimo 01 (uma) base de apoio operacional, durante todo período de vigência do contrato, na sede do Palácio da Justiça, localizado em Fortaleza-CE;

Cada base de apoio deverá possuir no mínimo os seguintes equipamentos:

- um computador (ou notebook) com acesso à internet e softwares de edição de texto e planilha eletrônica;
- uma linha de telefone fixo com atendente no horário comercial;
- dois aparelhos de telefone celular, cada um habilitado em uma operadora diferente, de uso funcional do coordenador da base de apoio e do Engenheiro responsável pela empresa.

5.2. Mão de Obra

A CONTRATADA deverá disponibilizar para prestação dos serviços objeto deste documento, durante toda a duração do Contrato, quadro de colaboradores com no mínimo:

- a) Quadro de colaboradores de acordo com o item 5.3 deste documento (Apoio Técnico e Operacional).
- b) A CONTRATADA deverá, ainda, dispor em seu quadro de funcionários, para o fiel cumprimento dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, definidos em reuniões a serem realizadas com a participação do Engenheiro Civil responsável técnico pela CONTRATADA e de Engenheiro(s) e/ou Técnico(s) do CONTRATANTE, os seguintes profissionais das especialidades citadas abaixo, ou até outras mais específicas não citadas, desde que solicitadas pelo CONTRATANTE:
 - eletricista de redes elétricas de baixa tensão (com curso de NR 10), bombeiro hidráulico, pintor, carpinteiro, pedreiro e técnico de telefonia.
- c) A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender os seguintes requisitos:
 - sócio: cópia do contrato social devidamente registrado no órgão competente;
 - diretor: cópia do contrato social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
 - empregado: cópia atualizada da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou contrato de trabalho em vigor;
 - responsável técnico: cópia de certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da CONCORRENTE onde consta o registro do profissional como RT;
 - profissional contratado: contrato de prestação de serviços escritos firmados com a CONCORRENTE, com prazo de duração, no mínimo, igual ao prazo de execução do contrato.
- d) Sempre que necessário para o atendimento dos serviços demandados pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá

disponibilizar tantos profissionais quantos forem necessários das especialidades adequadas ao escopo dos serviços em questão.

5.3. Apoio Técnico e Operacional

O apoio técnico e operacional do contrato refere-se às despesas de manutenção das equipes técnicas e administrativa e da infraestrutura necessária para a execução e acompanhamento dos serviços, sendo:

- 1 (hum) Engenheiro Civil Júnior com registro no CREA (Código SINAPI 34779)
 - 1 (hum) Técnico de nível médio com registro no CREA (Código SEINFRA-CE I8587);
 - 2 (dois) Encarregados de turma (Código SEINFRA-CE I8591).
- a) A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer o acompanhamento técnico através dos seus profissionais responsáveis pelos serviços durante todo o prazo de vigência contratual. Esses profissionais deverão estar disponíveis à CONTRATADA durante a jornada de trabalho, em caráter exclusivo, sendo que durante este período deverá acompanhar, planejar, fiscalizar e orientar seu quadro de funcionários além de preencher e assinar os relatórios de serviço, verificando orientações e observações da FISCALIZAÇÃO. Os serviços somente poderão ser iniciados com estes profissionais já definidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- b) A empresa contratada deverá, ainda, observar as obrigações trabalhistas decorrentes da contratação de mão de obra terceirizada conforme as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça;
- c) O pagamento deste item será feito sob medição mensal.
- d) Sempre que for constatada, pela FISCALIZAÇÃO, divergência quanto ao número de profissionais em contrapartida aos especificados no item 5.3 deverá ser descontado dos respectivos valores nas medições.
- e) Todo serviço realizado em horário extraordinário somente poderá ser realizado e remunerado se devidamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA.

Por se tratar de contrato de prestação de serviços e não de terceirização de mão de obra, muito embora seja necessário que a CONTRATADA mantenha em seu quadro de funcionários permanentes os profissionais acima elencados, definidos nos itens 5.2 e 5.3, isto não obriga a CONTRATANTE utilizar destes profissionais em tempo integral, como consequência, o pagamento dos valores referentes a estes profissionais, será proporcional ao tempo que estes estiverem em execução dos serviços aprovados pela CONTRATANTE.

5.4. Documentação de habilitação técnica

A proponente deverá entregar após a apresentação da proposta:

- a) Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante e de seu(s) responsável(s) técnico(s) emitida pelo CREA, com discriminação da composição do quadro de responsáveis técnicos de cada empresa.

- b) Acervo Técnico emitido pelo CREA em nome do Engenheiro Civil, responsável técnico pela CONTRATADA, que comprove a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em contratos contínuos, ou execução de obras de construção civil de edificações.
- c) Declaração de que apresentará, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, toda a infraestrutura exigida nos itens 5.1 – Base de apoio, 5.2 – Mão de Obra e 5.3 – Apoio Técnico e Operacional, deste documento.
- d) Declaração de que garantirá descarte adequado, sem ônus para a CONTRATANTE, de insumos que possuam em sua composição química elementos que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

6. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

São nove os principais grupos de serviços comuns de manutenção predial e adequação predial, inclusive com fornecimento de material, que fazem parte do objeto deste documento. Não fará parte do escopo do objeto deste Termo de Referência as instalações que sejam cobertas por contratos específicos, respeitadas literalmente as exceções e consideradas inclusas as generalidades das discriminações abaixo:

6.1. Instalações elétricas em geral

- a) Exceto bancos de capacitores, subestações abrigadas e geradores (contrato específico).
- b) Inclusive conserto de bombas.

6.2. Instalações hidráulicas e hidrossanitárias em geral

- a) Inclusive vedação e limpeza de caixas d'água e cisternas, e esgotamento de fossas sépticas e sumidouros, hidrantes e mangueiras de incêndio.
- b) Exceto tratamento de águas servidas (contrato específico).

6.3. Telefonia, dados e som, em redes estruturadas ou não

- a) Inclusive passagem, identificação e crimpagem de cabos;
- b) Telefonia, exceto Manutenção de um grupo já contratado de centrais telefônicas (contrato específico).

6.4. Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas e Sistemas de Aterramento

- a) Exclusivamente verificação e correção dos componentes do SPDA (se estão em bom estado, conexões e fixações estão firmes e livres de corrosão);

6.5. Sistemas de refrigeração

- a) Exclusivamente limpeza de bebedouros.

6.6. Edifício

- a) Incluindo estruturas, alvenarias, divisórias, portas, janelas, portões, forros, pinturas, grades, cobertas, pisos, esquadrias, impermeabilizações, aplicação de películas, confecção de chaves, conserto de portões automáticos e fechaduras elétricas.
- b) Exceto Manutenção de elevadores (contrato específico).

6.7. Jardinagem

- a) Exclusivamente podas de árvores e limpeza de terrenos dos prédios.

6.8. Serviços de adequação predial

- a) Incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, envolvendo todos os grupos construtivos necessários à preservação do patrimônio, ao restabelecimento de condições estruturais, de conforto e de segurança e/ou adequação de condições funcionais das unidades do Tribunal de Justiça contidas em cada uma das Comarcas constantes no Anexo 1 deste Termo de Referência.

7. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DA MANUTENÇÃO

7.1. Plano de Manutenção Programada

A CONTRATADA deverá apresentar ao Coordenação de Manutenção, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato, para apreciação e aprovação, cronograma de manutenção programada, no período de 180 dias, a cada uma das unidades do Tribunal de Justiça constante no Anexo 1 deste Termo de Referência.

Durante a visita da equipe de manutenção programada deverá ser executado a rotina de manutenção preventiva descrita no anexo 4, bem como as Ordens de Serviços corretivas pendentes referentes àquela unidade.

7.2. Reuniões de Planejamento e Controle

Os roteiros de atendimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão discutidos em reuniões a serem realizadas de acordo com os itens abaixo:

- a) Objetivo: adequar a programação às novas demandas de serviços de manutenção, adequações prediais e controle dos serviços executados.
- b) Frequência: A critério da CONTRATANTE;
- c) Local: No Palácio da Justiça (Cambio, Fortaleza, Ceará) ou em alguma unidade dentro da região de atendimento, a critério da CONTRATANTE.
- d) Participantes Obrigatórios: Engenheiro Civil responsável técnico pela CONTRATADA e de Engenheiro(s) e/ou Técnico(s) do CONTRATANTE.
- e) Tópicos Fixos da Reunião
 - Programação da resolução de demandas de manutenções preventivas, corretivas e serviços de adequação predial, mediante ordens de serviços e planilhas de quantidades e preços por unidade.
 - Ratificação ou adequação do cronograma de manutenção programada.

- Programação da resolução de pendências de serviços em cada uma das Comarcas levantadas pela fiscalização, recebidas pela central de atendimento do CONTRATANTE ou recebidas via documento administrativo.
- Apresentação de Orçamentos.
- Previsão de data de início e de término dos serviços.

f) Observações Importantes:

- O estabelecimento prévio de roteiros não impede que, a critério do CONTRATANTE, outras localidades pertencentes ou vizinhas ao trajeto, com necessidades de atendimento emergencial ou de urgência, ou ainda, solicitações emitidas após a realização da reunião, sejam incluídas para aproveitamento do deslocamento.
- Sempre que necessário para o atendimento dos prazos acordados nas reuniões de Planejamento e Controle, a CONTRATADA deverá disponibilizar tantos profissionais quantos forem necessários das especialidades adequadas ao escopo dos serviços em questão.
- Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias após as solicitações, os cronogramas, croquis e orçamentos detalhados dos serviços demandados nas reuniões. O início dos serviços deve ser, no máximo, em até 5 (cinco) dias após aprovação dos orçamentos pela CONTRATANTE.

7.3. Orçamentos e Medições

Os Orçamentos, em sua integralidade, deverão ser detalhados, fundamentados em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados que expressem a composição de todos os seus custos unitários, baseados nas tabelas de insumos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, com base no mercado local. O Anexo 2 apresenta modelo de Orçamento devidamente preenchido.

Nos casos em que a Tabela Insumos do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverão ser adotados aqueles disponíveis na Tabela da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA).

Nos casos em que as Tabelas do SINAPI e SEINFRA não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, a contratada deverá apresentar orçamento detalhado, em até 5 (cinco) dias após as solicitações. Os orçamentos emitidos serão submetidos aos técnicos do Tribunal de Justiça, conferidos e comparados com os preços de mercado e se necessário adequados a tal, antes da eventual aprovação e autorização de execução pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça.

A tabela de custos utilizada para realização dos orçamentos dos serviços executados será aquela vigente na data da elaboração da proposta.

As fontes de consulta devem ser indicadas na Planilha de Medição.

a) Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA – Mão de Obra

$$PV = PC \times (1 + ES) \times (1 - DE) \times (1 + BDI)$$

Para $ES = 0,5028$, tem-se:

$$PV = (1,5028 PC) \times [(1 - DE) \times (1 + BDI)]$$

Fazendo $[(1 - DE) \times (1 + BDI)] = FM$, tem-se:

$$PV = 1,5028 \times PC \times FM$$

Onde:

PV Preço de Venda

PC Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência, SINAPI ou SEINFRA, sem encargos sociais)

ES Encargos Sociais

DE Desconto oferecido pela Empresa ou Consórcio de Empresas

BDI Benefício por Despesas Indiretas

FM Fator de Multiplicação

b) Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA - Insumos

$$PV = PC \times (1 - DE) \times (1 + BDI)$$

Fazendo $[(1 - DE) \times (1 + BDI)] = FM$, tem-se:

$$PV = PC \times FM$$

Onde:

PV Preço de Venda

PC Preço de Compra (baseados nas tabelas de preços de referência (SINAPI ou SEINFRA), sem encargos sociais)

DE Desconto oferecido pela Empresa ou Consórcio de Empresas

BDI Benefício por Despesas Indiretas

FM Fator de Multiplicação

c) Cálculo do Preço de Venda à CONTRATADA – Serviços não constantes nas Tabelas de Referência (SINAPI ou SEINFRA).

$$PV = PC \times (1 - DE) \times (1 + BDI)$$

Fazendo $[(1 - DE) \times (1 + BDI)] = FM$, tem-se:

$$PV = PC \times FM$$

Onde:

PV Preço de Venda

PC Preço de Compra (baseados em cotações de preço de mercado)

DE Desconto oferecido pela Empresa ou Consórcio de Empresas

BDI Benefício por Despesas Indiretas

FM Fator de Multiplicação

d) Cálculo da Indenização pelos custos por deslocamento

O valor da indenização será o resultado da multiplicação da distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE (consultar sítio <http://mapas.der.ce.gov.br/>), pelo produto do valor do km definido no CONTRATO, observados os itens a seguir:

Será admitido como valor unitário por km, para reembolso dos deslocamentos da(s) equipe(s) o valor de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real) por km rodado, conforme descrito no Anexo 13.

Para o(s) caso(s) de mais de um serviço realizado em uma mesma viagem, será paga uma única indenização por deslocamento, por localidade.

Para o(s) caso(s) em que forem programadas manutenções em mais de uma localidade, em uma mesma rota, a distância a ser considerada será a da rota (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), e não o somatório da distância de cada cidade à Fortaleza (ver exemplo de cálculo no Anexo 8).

Não será paga indenização por deslocamento para atendimento das edificações localizadas em Fortaleza.

$$IDE = DI \times Vkm$$

Onde:

IDE Indenização por Deslocamento

DI Distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE)

Vkm Valor do km rodado

Observação: Os tempos de deslocamentos dos profissionais envolvidos nos serviços, a serem extraídos do site do DER-CE, serão considerados como tempo de serviço.

e) Cálculo da Indenização pelos custos por diárias

Só será pago indenização pelos custos com diárias para serviços realizados em cidades com distâncias superiores a 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no item 5.1 deste termo de referência (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), observados os itens a seguir:

A indenização será proporcional ao número de profissionais envolvidos nos serviços executados e por competência exigida para o tipo de serviço realizado, conforme composição de custos das tabelas de referência (SINAPI ou SEINFRA-CE).

Para o deslocamento sem pernoite, será paga o valor equivalente a meia diária.

O valor da diária é com base no insumo I8563 da Tabela de Insumos da SEINFRA-CE.

$$IDI = ND \times NT \times VD$$

Onde:

IDI Indenização por Diárias

ND Número de dias

NT Número de trabalhadores envolvidos nos serviços

VD Valor da diária, com base na Tabela SEINFRA-CE

7.4. Execução dos Serviços

Todos os serviços objeto deste Termo de Referência, exceto os de caráter emergencial (a critério do CONTRATANTE), só deverão ser realizados após emissão de ordem de serviços (OS) pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça.

a) Manutenções Programadas

As manutenções preventivas deverão ser realizadas periodicamente, conforme Cronograma de Manutenção (ver item 7.1) previamente aprovado pelo CONTRATANTE. Qualquer alteração no Cronograma deverá ser previamente submetida à aprovação do CONTRATANTE.

b) Manutenções Corretivas

As manutenções corretivas serão realizadas sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços;

A CONTRATADA deverá prever suporte sempre que a equipe técnica de manutenção não conseguir solucionar problemas referentes à operação e a manutenção dos sistemas objeto do presente contrato.

Os atendimentos dos serviços de manutenção corretiva deverão ser iniciados no máximo até:

- meio-dia do primeiro dia útil subsequente a data da comunicação, para as edificações localizadas a no máximo 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no item 5.1 deste termo de referência (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE);
- dois dias úteis a contar da data de comunicação, para as edificações localizadas a mais de 40 (quarenta) km da base de apoio descrita no item 5.1 deste termo de referência (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE), salvo os serviços que a critério do CONTRATANTE possam ser executados quando da ocasião da visita de manutenção programada.

Quando conveniente para a Administração, os prazos acima poderão ser prorrogados. De forma exemplificativa, a fim de reduzir custos com deslocamento, o CONTRATANTE poderá optar por postergar o atendimento de manutenção corretiva para coincidir com a próxima manutenção programada.

c) Serviços de adequação predial

A rota e o cronograma de serviços de adequação predial deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE, devendo estar, sempre que possível em consonância com o Plano de Manutenção.

d) Atendimentos emergenciais

- Os serviços de atendimentos emergenciais deverão ser realizados independentemente de estarem contemplados na programação. O prazo para o início do atendimento é de no máximo 6 (seis) horas. Os tempos serão contados do momento da comunicação pela Coordenação de Manutenção do Tribunal de Justiça.

e) Subcontratação

- CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto deste documento.
- A CONTRATADA somente poderá subcontratar serviços específicos e não contínuos, devendo, entretanto, solicitar previamente a autorização do CONTRATANTE.
- Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Para os prazos descritos nos itens b) e d), o serviço será considerado iniciado quando a equipe ou o profissional designado para executá-lo apresentar-se no local com todo o ferramental apropriado e o material necessário para execução.

O prazo para conclusão dos serviços descritos nos itens b) e d) será de 1 (um) dia útil devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente qualquer alteração nos prazos descritos e justificando eventuais atrasos que possam ocorrer.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado imediatamente após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da CONTRATADA, mediante atesto do Diretor de Secretaria, Diretor do Fórum, Diretor/Chefe da Unidade demandante ou por servidor efetivo por estes designados.

A CONTRATANTE poderá, a seu critério, enviar fiscal para verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Orçamento, quando for o caso. Após a inspeção, através de comunicação oficial da Fiscalização, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.

O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades devido a vício/defeitos na realização dos serviços executados, defeitos de fabricação de materiais aplicados, ou ainda, no quantitativo de insumos utilizados.

9. GARANTIA DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção da qualidade, garantia e desempenho dos serviços realizados e materiais empregados, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento.

Caso o Tribunal de Justiça por seus agentes usuários ou através de seus técnicos, constate vícios de execução ou má qualidade de materiais aplicados, a CONTRATADA deverá refazer o serviço e/ou substituir os materiais inadequados, em até três dias úteis, a contar da notificação pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.

São de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer custos por danos ocasionados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, em materiais, infraestrutura, mobiliário, processos ou equipamentos, por omissão, por imperícia ou negligência.

Nas edificações, instalações, equipamentos ou sistemas que se encontrarem em período de garantia de fábrica (ou construtora), os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que os eventuais defeitos não estão cobertos pela referida garantia.

- a) Ficando constatado que o problema nas edificações, instalações, equipamentos ou sistemas sob garantia decorrem de defeito de fabricação ou construção, ou outro qualquer coberto por garantia, a CONTRATADA comunicará o fato ao CONTRATANTE no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Após a comunicação, o CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA documentos tais como cópias de notas fiscais, para que esta, execute às suas expensas, transporte e todos os serviços (desinstalações, instalações, acompanhamento dos serviços na assistência técnica autorizada ou construtora, etc.) necessários para que os mesmos voltem ao perfeito funcionamento.
- b) Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos os ônus a que atualmente estiver sujeito o fabricante do equipamento.

Durante o prazo de garantia das instalações, equipamentos ou sistemas, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

É facultado ao CONTRATANTE, solicitar a imediata substituição de eventuais materiais aplicados ou serviços executados que não atendam às normas vigentes ou características mínimas usuais de qualidade, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE.

O fato de técnicos do CONTRATANTE inspecionarem, fiscalizarem e receberem os serviços executados pela CONTRATADA não elimina, nem atenua as responsabilidades e garantias destes serviços, principalmente por vícios indiretos ou não visíveis.

10. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A CONTRATADA deverá obedecer fielmente às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial às seguintes:

- a) NR 6: Equipamento de Proteção Individual;
- b) NR 9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais –PPRA;
- c) NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- d) NR 11: Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- e) NR 12: Máquinas e Equipamentos;
- f) NR 13: Caldeiras e Vasos de Pressão;
- g) NR 17: Ergonomia;
- h) NR 26: Sinalização de segurança;
- i) NR 28: Fiscalização e Penalidades;
- j) NR 35: Trabalho em altura.
- k) NR-33: Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá:

Comportar-se de forma ética e transparente com a sociedade, estabelecendo metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras.

Promover treinamento de mão de obra e realizar manutenção preventiva de suas máquinas e ferramentas, com o objetivo obter um melhor desempenho no planejamento e controle das atividades assim como a elevação do padrão de qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

Gerir de forma eficiente o uso dos recursos para:

- a) Realizar os serviços com eficácia, economicidade e eficiência.

- b) Reduzir a geração de resíduos.

Adotar soluções que ofereçam segurança e conforto ambiental (insolação, ventilação, luminosidade, higiene, ergonomia e acústica) a funcionários e usuários.

Optar pelo uso, sempre que viável do ponto de vista técnico e econômico, de materiais ecologicamente corretos.

Garantir o correto armazenamento e manuseio de materiais e ferramentas necessários para o atendimento dos prazos acordados, atentando para os aspectos ambientais e de segurança.

Garantir descarte adequado, sem ônus para o CONTRATANTE, de insumos que possuam em sua composição química elementos que sejam prejudiciais ao meio ambiente (ex.: lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias) e apresentar declaração que o descarte ocorreu de acordo com as normas de preservação ambiental.

Comprometer-se a prestar serviços de acordo com a legislação ambiental vigente, assim como, respeitar todas as normas que tratam do assunto.

12. NORMAS, PORTARIAS, REGULAMENTAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.

Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes.

A CONTRATADA deverá, ainda, obedecer:

- a) A todos os Anexos deste Termo de Referência.
- b) Às prescrições e recomendações dos manuais de cada equipamento.
- c) Às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia) em vigor.
- d) O Caderno de Encargos do DAE/CE;
- e) Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia, água, esgoto e telefonia.
- f) Às normas técnicas e portarias específicas, se houver.
- g) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas.
- h) Às Resoluções do CREA e CONFEA.
- i) Quando necessário, entidades de proteção do patrimônio cultural, sanitária (Vigilância Sanitária), do meio ambiente (IBAMA, etc.), de trânsito, do espaço aéreo, limpeza e outros.
- j) A legislação ou norma técnica aplicável que venha a entrar em vigor depois da assinatura do contrato, quando não houver repercussão financeira. Quando houver, a

CONTRATADA deverá demonstrar através de planilhas e solicitar ajustes financeiros ao contrato.

O fato de eventualmente não ter sido citada alguma legislação ou norma técnica, não desobriga a CONTRATADA quanto ao seu cumprimento.

13. CONDIÇÕES GERAIS

Todo o material necessário para execução dos serviços, será fornecido pela empresa CONTRATADA, salvo quando mais vantajoso para o CONTRATANTE, esta opte por fornecer parcialmente ou integralmente materiais necessários para a execução dos serviços.

Os serviços de manutenção objetos deste Termo de Referência deverão ser executados dentro dos horários de expediente das diversas unidades do Tribunal de Justiça, porém em casos especiais ou de urgência a critério da fiscalização ou a pedido expresso da empresa executora, poderão ser realizados procedimentos em horários e dias fora do expediente, inclusive serviços noturnos e/ou em feriados, sem ônus extras para o CONTRATANTE. Em tais situações, de necessidade de execução de serviços fora do expediente, exceto nos casos de extrema urgência e imprevisíveis, deverão ser tomadas medidas de prévia programação, com informação de nome(s) e número(s) de documento(s) da(s) pessoa(s) que executarão os serviços, para que sejam tomadas as devidas providências, para autorização do acesso dos mesmos ao interior das unidades.

Cabe única e exclusivamente à CONTRATADA, a regularização prévia e manutenção do desenvolvimento dos serviços de manutenção predial e adequações prediais, em consonância com as obrigações junto ao CREA, INSS, FGTS, Corpo de Bombeiros, concessionárias de telefonia, água e energia elétrica e Prefeituras. Dentre elas a providência de apresentação em até 10 (dez) dias após assinatura do contrato, de ART específica dos serviços objeto do contrato.

Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido das instalações de qualquer uma das unidades do CONTRATANTE, para conserto em oficinas, necessitará de prévia autorização da Coordenação de Manutenção, sendo que as despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

14. RELATÓRIOS MÍNIMOS

A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, até o dia 10 de cada mês:

- a) Planilha de Medição dos serviços executados no mês anterior, conforme modelo no Anexo 3.
- b) Check List das Edificações onde foram realizadas manutenções programadas no mês anterior, conforme modelo no Anexo 4.
- c) Ordens de Serviço, atendidas no mês anterior, devidamente preenchidas e assinadas pelo solicitante do serviço, diretor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, bem como do Engenheiro Responsável Técnico da CONTRATADA, conforme modelo no Anexo 5.

- d) Relatório Fotográfico, constando fotos anteriores e posteriores a cada um dos serviços executados nas Unidades Judiciárias, no mês anterior, conforme modelo no Anexo 6.

Os serviços que passaram por fiscalização presencial dos técnicos e/ou engenheiros da CONTRATANTE poderão ser dispensados de apresentação do relatório fotográfico.

- e) Relatório de Atendimento, do mês anterior, onde deverão constar os serviços executados devidamente assinadas pelo diretor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, conforme Anexo 7.

15. FISCALIZAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará fiscalizará, acompanhará e supervisionará as atividades desenvolvidas pela empresa CONTRATADA.

Na fiscalização exercida por meio de profissionais (técnico(s) e/ou engenheiro(s)) do CONTRATANTE, de forma fixa, móvel programada ou aleatória, segundo seus próprios critérios técnicos, operacionais ou de auditoria, serão observados e avaliados diversos aspectos, dentre eles:

- a) Continuidade das condições mínimas técnicas e operacionais, dentro dos limites estabelecidos e diligenciados no início do contrato.
- b) Aferição técnica dos trabalhos realizados.
- c) Avaliação de satisfação das unidades atendidas.
- d) Confrontação do planejamento de serviços definidos e das solicitações feitas pelas unidades com os serviços e aplicações de materiais efetivados.
- e) Cumprimento do plano de manutenção programado apresentado e aprovado.
- f) Verificação dos deslocamentos e diárias de mão de obra.
- g) Regularidade da mão de obra terceirizada sob aspectos técnicos.
- h) Condições de segurança.
- i) Adequabilidade de serviços quanto a procedimentos previstos em norma técnica ou manuais de fabricantes.
- j) Adequabilidade de serviços quanto à regularidade junto ao CREA, Corpo de Bombeiros, concessionárias de água e energia elétrica, e Prefeituras.
- k) Avaliação do cumprimento dos tempos acordados de atendimentos.

O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer a qualquer momento, diligências para fiscalizar e garantir que todas as condições técnicas, operacionais e da base de apoio exigidas neste documento, sejam mantidas durante toda a vigência do contrato.

O CONTRATANTE deverá, ainda, designar fiscal competente para avaliar a CONTRATADA quanto os aspectos de regularidade fiscal e trabalhista.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Assessorar o CONTRATANTE nas decisões sobre a manutenção da edificação.

Realizar inspeções, sempre que solicitado, nas edificações que fazem parte do objeto deste documento, apresentando relatórios periódicos sobre suas condições, identificando e classificando os serviços de manutenção necessários.

Assessorar a CONTRATANTE em situações de emergência.

Realizar adequado dimensionamento dos serviços objetos deste documento.

Adotar soluções que ofereçam economia e facilidade de execução, operação e manutenção (relação mais adequada entre custos e benefícios, considerando os sistemas construtivos, a durabilidade e resistência dos materiais e o padrão desejado).

Fornecer serviços e materiais para garantia do pleno funcionamento e do bom estado de conservação das edificações que fazem parte do objeto deste documento.

Responsabilizar-se pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, transportes de funcionários, transportes de materiais, transportes de equipamentos, alimentação e hospedagem de funcionários, ou seja, todas as obrigações oriundas da prestação dos serviços deste documento.

Designar profissional(is) para o trato dos processos administrativos entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

Designar profissional(is) responsável(is) pelas equipes de manutenção a quem os servidores da CONTRATANTE deverão reportar-se.

Disponer de tantos profissionais, veículos e ferramentas quanto necessário forem para o adequado cumprimento de suas obrigações.

Manter, em sua base de apoio, um estoque regular dos materiais de consumo que atendam às necessidades mensais dos serviços de manutenções corretivas e preventivas e operação, tais como: telhas cerâmicas e de fibrocimento, lâmpadas fluorescentes, luminárias, portas do tipo paraná e acessórios, reparos de válvulas de descarga e caixas de descarga acopladas, tintas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, cabos e fios, divisórias de PVC e acessórios de alumínio, divisórias de madeira e acessórios de alumínio, tubos e conexões de água e esgoto, eletro calhas de alumínio tipo dutotec, porta equipamentos tipo dutotec, blocos tipo dutotec, cabos de lógica, cabos de telefonia, RJ's machos e fêmeas, fechaduras, torneiras, registros, bacias sanitárias com caixa acoplada, etc.

- O planejamento dos volumes necessários e especificidades de itens em estoque são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não justificando a falta de itens específicos, atrasos principalmente nos prazos de atendimentos emergenciais, nem descumprimento de cronogramas estabelecidos para os serviços objetos deste documento.

Garantir que seus empregados possuam idoneidade, capacidade, preparo e experiência comprovada para o desempenho dos serviços a que se propõem, reservando-se o CONTRATANTE o direito de exigir, sem nenhum ônus para si, que a CONTRATADA providencie, imediatamente, a substituição daqueles que não correspondam, por qualquer motivo, às exigências do serviço.

Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios.

Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, com ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização do uso de energia elétrica dos equipamentos.

Fiscalizar regularmente o local da prestação dos serviços, com a finalidade de verificar as condições em que estão sendo prestados, inclusive quanto aos aspectos de saúde e segurança do trabalho, assim como constatar sua execução efetiva e em conformidade com as exigências contratuais.

Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e/ou acidentes causados a terceiros durante o cumprimento do contrato.

Zelar para que os profissionais designados para execução dos serviços apresentem-se nas instalações do CONTRATANTE trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação, sem ônus extras para o CONTRATANTE. Como uniforme completo entende-se o conjunto de calça comprida, camisa e calçado com solado de borracha em condições de perfeito isolamento.

Obedecer às normas e procedimentos de segurança do trabalho, garantindo, inclusive, que seus prepostos utilizem todos os equipamentos de proteção individual e coletiva exigidos conforme a natureza dos serviços, observando as normas de segurança vigentes.

Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Todas as imperfeições verificadas nos serviços executados pela CONTRATADA deverão ser corrigidas tão logo detectadas, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

Executar os serviços obrigatoriamente por profissionais habilitados, qualificados, treinados e credenciados para o desempenho das tarefas, com supervisão de um profissional habilitado e credenciado para o desempenho dos serviços objeto deste documento.

Utilizar materiais de primeira qualidade em quantidade compatível com a demanda.

Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada, quanto a incompatibilidades técnicas existentes, alterações dos planos de manutenção, etc.

Garantir os serviços propostos, durante a vigência do contrato, inclusive respondendo por quaisquer danos nas edificações que façam parte do objeto deste documento, em caso de problema comprovadamente ocasionado por ineficiência, negligência ou não execução dos procedimentos de manutenção exigidos neste documento.

Adotar, sempre que possível, padronização dos insumos utilizados e serviços realizados.

Executar os serviços objeto deste documento, com fornecimento de materiais, em conformidade com as especificações de cada especialidade, descritas nas tabelas de referência utilizada (SINAPI ou SEINFRA), nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, demandadas, orçadas, aprovadas, programadas e executadas conforme especificações anteriores.

Todos os materiais e peças a serem empregados deverão ser de primeiro uso e primeira qualidade, atendendo aos melhores padrões de mercado, devendo satisfazer às especificações e recomendações dos fabricantes e do CONTRATANTE.

Participar, sempre que solicitado, sem ônus para o CONTRATANTE, de reuniões técnicas com a Coordenação de Manutenção, nas dependências do TJ-CE ou em qualquer das edificações pertencentes ao CONTRATANTE nas cidades constantes no Anexo 1 deste documento.

A contratação se efetivará por meio de contrato, e deverá ser assinado pela proponente vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expedida pelo CONTRATANTE para este fim.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Assegurar os recursos financeiros necessários para o pagamento relativo ao objeto deste Termo de Referência.

Efetuar o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela CONTRATANTE, obedecidas às condições estabelecidas neste documento.

Facilitar à CONTRATADA o acesso às informações necessárias e aos locais para realização dos serviços, bem como prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Designar um ou mais representantes da Administração para acompanhar, controlar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.

Fiscalizar a prestação de serviços e apreciar os relatórios de serviços enviados pela CONTRATADA.

Notificar através da Central de Contratos e Convênios, toda e qualquer irregularidade observada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

Aplicar as sanções previstas, na hipótese da CONTRATADA não cumprir com os compromissos assumidos, mantidas as situações normais, arcando a mesma com quaisquer prejuízos que tais atos possam acarretar à Administração.

Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, compatíveis com as obrigações contratuais vigentes.

18. PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas que possam comprometer o seu teor, datada e assinada, na forma do Anexo 10 - Modelo de Proposta.

Exemplo de cálculo do Fator Multiplicador (FM):

Considerando BDI = 27 % e DE = 3,8 %, tem-se:

$$FM = [(1 - DE) \times (1 + BDI)]$$

$$FM = [(1 - 0,038) \times (1 + 0,27)] = 0,962 \times 1,27$$

$$FM = 1,22174$$

Assim, para um Fator Multiplicador (FM) igual a 1,22174 o valor registrado deve ser R\$ 1,22.

Na elaboração da proposta, o PROPONENTE deverá considerar:

- a) conformidade com as disposições constantes do Termo de Referência;
- b) inclusão de todos os custos diretos ou indiretos relativos ao objeto deste documento, tais como: seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários, despesas de transportes, alimentação, diária, mão-de-obra, literatura técnica, bem como outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da presente contratação, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer custos adicionais;
- c) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.
- d) cada PROPONENTE deverá apresentar o detalhamento analítico das respectivas composições de BDI e encargos sociais. As composições deverão estar em conformidade com os Anexos 11 e 12 deste documento, não podendo ser superiores aos limites neles fixados.
- e) os tributos IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco planilhas de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente as empresas ou consórcio de empresas contratadas, não devendo ser repassado à CONTRATANTE.
- f) o menor desconto aceito é de 0% (zero por cento).
- g) todos os dados informados pela PROPONENTE em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

19. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Será considerada vencedora a empresa que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos, ofertar o menor Fator Multiplicador (FM).

20. ORDENADOR DE DESPESA, GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO

- 20.1 Ordenador de Despesa: Secretário de Infraestrutura;
- 20.2 Gestor do Contrato: Coordenador de Manutenção;
- 20.3 Fiscal(is) Técnico-Operacional: Servidor(es) da Coordenação de Manutenção designado(s) pelo Gestor do contrato
- 20.4 Fiscal(is) dos aspectos financeiros, fiscais e trabalhistas: Servidor(es) habilitado(s) para acompanhar e fiscalizar os aspectos trabalhistas, financeira e fiscal.

21. PAGAMENTOS

- 21.1 Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os insumos comprovadamente utilizados pela CONTRATADA e aprovados pelo CONTRATANTE, respeitada a rigorosa correspondência com o Orçamento e as modificações expressas e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE, após a análise dos fiscais do contrato.
- 21.2 A medição mensal de serviços e materiais será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e

gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

- 21.3 As solicitações de pagamento deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:
- a) Ofício em papel timbrado da CONTRATADA solicitando o pagamento;
 - b) Cópia da ART emitida pelo CREA-CE referente aos serviços objeto deste documento;
 - c) Planilha de Medição;
 - d) Ordens de Serviço, atendidas no mês anterior, devidamente preenchidas e assinadas pelo solicitante do serviço, diretor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, bem como do Engenheiro Responsável Técnico da CONTRATADA, conforme modelo no Anexo 5.
 - e) Relatório Fotográfico, constando fotos anteriores e posteriores a cada um dos serviços executados nas Unidades Judiciárias, no mês anterior, conforme modelo no Anexo 6.
 - f) Relatório de Atendimento, das edificações visitadas no mês referente à cobrança, onde deverão constar os materiais e mão de obra utilizados devidamente assinadas pelo diretor de secretaria, diretor do Fórum ou da unidade demandante, conforme Anexo 7.
 - g) *Check-List* das edificações visitadas em caráter de Manutenção Programada, do mês referente à cobrança;
- 21.4 O pagamento dos valores empenhados serão realizados através de depósito bancário preferencialmente junto às agências do Bradesco S/A, em até 30 dias a contar da entrega das devidas notas fiscais e das comprovações de recolhimentos fiscais ou certidões julgadas necessárias pela Secretaria de Finanças da CONTRATANTE.
- 21.5 As notas fiscais correspondentes ao fornecimento do objeto contratado somente devem ser emitidas após a emissão da Nota de Empenho.
- 21.6 Fica a CONTRATADA ciente de que, quando do pagamento, será verificada sua regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas, Fazenda Federal, Estadual e Municipal e juntados aos autos os comprovantes pertinentes.
- 21.7 Os documentos a que se referem o parágrafo imediatamente anterior, deverão ser apresentados digitalizados, em arquivo único, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do fiscal do contrato.
- 21.8 Para as parcelas que envolvam a prestação de serviços por meio de mão de obra exclusiva ou residente, notadamente a descrita no item 5.3 deste Termo de Referência (Apoio Técnico e Operacional) deverão ser aplicadas as disposições contidas na Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2014, do Conselho Nacional de Justiça:

- a) As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS / SESI / SESC / SENAI / SENAC / INCRA / SALÁRIO EDUCAÇÃO / FGTS / RAT+FAT / SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, a serem pagos pelo TJCE à empresa contratada, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial;
 - b) O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões previstas para o período de contratação: férias e 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;
 - c) Os valores provisionados para o atendimento do item anterior serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes do ANEXO 11 deste documento;
 - d) Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados neste item, a ser depositados em conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA;
 - e) Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido em acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade;
 - f) Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas objeto de retenção;
 - g) Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos do contrato;
- 21.9 A Contratada não poderá condicionar, em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, os pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados – salários, repactuação salarial ou das diferenças retroativas, quando houver – ao recebimento de suas faturas junto ao TJCE;
- 21.10 A solicitação do resgate dos recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – ao TJCE deve abranger os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias ocorridas no período de apenas 1 (um) mês.

22. SEGURO GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia no ato da assinatura do contrato, equivalente a 5% do valor global anual do contrato, sob quaisquer das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1 da Lei 8.666/93;
- a) A garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas, recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

- 22.2 A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 22.3 A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.
- 22.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:
- a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
 - b) O atraso superior a 30 dias acarretará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

23. SANÇÕES

- 23.1 A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, respectivos decretos regulamentadores e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:
- c) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
 - d) Multa, pelo descumprimento das obrigações contratuais, observando-se o disposto nas Tabelas 23.1 e 23.2 deste documento;
 - e) Incidir-se-ão acréscimos percentuais sobre a multa, por reincidência de infrações, nas seguintes hipóteses:
 - 50% (cinquenta por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo de até 30 (trinta) dias;
 - 25% (vinte e cinco por cento) do valor da multa a ser aplicada, se a reincidência ocorrer num prazo maior que 30 (trinta) dias e menor que 60 (sessenta) dias.
 - f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TJ-CE por prazo de até 5 (cinco) anos.
 - g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.2 Será suspensão temporariamente do direito de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) fizer declaração falsa.

23.3 O retardamento da execução do objeto previsto no item 25.2, alínea “b”, estará configurado quando a CONTRATADA:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

23.4 A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA cometer uma ou mais infrações, previstas na tabela 23.2 deste documento, e alcançar o total de 40 (quarenta) pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações estabelecidas na tabela 23.1, considerando o período de 6 (seis meses), a partir da data de assinatura do Contrato.

Tabela 23.1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	1	0,01% do Valor Global Máximo do Contrato
2	2	0,02% do Valor Global Máximo do Contrato
3	5	0,05% do Valor Global Máximo do Contrato
4	7	0,1% do Valor Global Máximo do Contrato
5	10	0,2% do Valor Global Máximo do Contrato
6	20	0,5% do Valor Global Máximo do Contrato
7	40	10% do Valor Global Máximo do Contrato

Tabela 23.2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por ocorrência
2	Não atender os prazos de atendimento estabelecidos neste documento (exceto atendimentos emergenciais)	1	Por ocorrência e por dia
3	Apresentar documentação irregular	1	Por ocorrência e por dia
4	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
5	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por empregado e por dia
6	Deixar de aplicar o programa de manutenção preventiva e sua periodicidade, constante do PMOC aprovado pela CONTRATANTE.	2	Por ocorrência e por dia
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material.	3	Por ocorrência
8	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo	3	Por ocorrência

	como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.		
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente serviço, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	3	Por empregado e por ocorrência
10	Não atender os prazos de atendimento estabelecidos para os atendimentos emergenciais.	4	Por ocorrência e por hora
11	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
12	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
13	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia
14	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6	Por ocorrência
15	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
16	Permitir situação que resulte em dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	7	Por ocorrência
17	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
18	Não cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
19	Não cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
20	Deixar de atender os requisitos de instalação das bases de apoio e apoio técnico operacional previstos neste documento.	1	Por ocorrência e por dia
21	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	1	Por ocorrência e por dia
22	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela fiscalização.	1	Por ocorrência e por dia

23	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
24	Não efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	Por ocorrência
25	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	3	Por empregado e por dia

23.5 O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal, será deduzido da Garantia Contratual que houver sido prestada.

- a) Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, este deve ser complementado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto nos itens 22.4.a) e 22.4.b).

23.6 Caso a Garantia não seja suficiente para responder pelo débito, a CONTRATADA, além da perda desta, responderá pela diferença que será descontada de eventuais créditos que tenha em face ao CONTRATANTE, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

23.7 A CONTRATADA, notificada da multa que lhe foi aplicada, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para interpor recurso junto ao CONTRATANTE.

- a) A autoridade competente, ouvida a FISCALIZAÇÃO, decidirá pela procedência ou não do recurso.

23.8 Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

23.9 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito participar em licitação, impedimento de contratar com a administração e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

23.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

24. VIGÊNCIA CONTRATUAL

A contratação será apenas durante o prazo necessário para a contratação de empresa vencedora de processo licitatório para execução do objeto ou por período não superior a 180 dias, observando-se o disposto nos artigos 24 e 26 da Lei no 8.666/1993.

25. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser repactuado, a qualquer momento, de forma a garantir que os preços pagos pela Administração reflitam os benefícios tributários, inclusive em caso de desoneração de folha de pagamento, concedidos pela legislação tributária em vigência no mês correspondente aos serviços executados e em cobrança pela CONTRATADA, prevendo, inclusive, ajustes no Fator de Multiplicação, quando for o caso.

O valor do contrato será fixo e irrevogável.

26. ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Não haverá atualização de preços durante a execução do contrato emergencial.

Fortaleza, 05 de junho de 2017

Renato Araújo Duarte

Coordenador de Manutenção

ANEXO 1 – LISTA DE UNIDADES / COMARCAS

REGIÃO I
Palácio da Justiça
Procuradoria
Creche do Poder Judiciário
Escola de Magistratura
Fórum das Turmas Recursais
Aquiraz
Casasvel
Caucaia
Chorozinho
Eusébio
Guaiúba
Horizonte
Itaitinga
Maracanaú
Maranguape
Pacaus
Pacatuba
Pindamonitama
São Gonçalo do Amarante
Apucarana
Paracuru
Paraipaba
Petecoste
São Luis do Curu
Tururu
Umirim
Unicuretama
Carindé
Caridade
General Sampaio
Ibicuitinga
Paramati
Acarape
Aracatiaba
Aratuba
Barrira
Betunté
Capistrano
Guararatinga
Itapiúna
Mulungu
Ocara
Pacoti
Palmácia
Recemção
Aracati
Babembe
Fortim
Icapuí
Itaíba
Jaguaruana
Limoeiro do Norte
Morada Nova
Palmas
Quixeré
Russas
São João do Jaguaribe
Tabuleiro do Norte

ANEXO 2 – MODELO DE ORÇAMENTO

LOGO

NOME DA EMPRESA

CNPJ:

CPF:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL

ORÇAMENTO							
NÚMERO DE REFERÊNCIA	PERÍODO	FATOR MULTIPLICADOR	VERSÃO SINAPI	ENCARGOS SINAPI	VERSÃO SEMFRA-CE	ENCARGOS TICE	CONTRATO
ABR/2018		1	FEVEREIRO	11/2018	08	14/2018	Novato
1 – COMPOSIÇÃO – PARCELA MÃO DE OBRA							
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CUSTO TABELA	CUSTO AJUSTADO – TICE	DIÁRIAS TRABALHADAS	CUSTO
1	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.1	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.2	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.3	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.4	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.5	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.6	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.7	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.8	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
1.9	SINAPI	NOV2	ENCARGOS COMPLEMENTARES SOBRE O PREÇO UNITÁRIO	50,00	0	0	50,00
SUBTOTAL							900,00
2 – COMPOSIÇÃO – PARCELA MATERIAL							
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	TOTAL				
2	SINAPI	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SINAPI	900,00				
2.2	SINAPI	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SEMFRA-CE	900,00				
2.3	MERCADO	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NO MERCADO	100,00				
SUBTOTAL			100,00				
3 – INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO							
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE POR DIA			
3.1	CONTINÚO	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO NECESSÁRIO PARA O DIA DE TRABALHO NAS OBRAS	10,00	1			
SUBTOTAL				10,00			
4 – INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS							
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DIÁRIAS	PREÇO UNITÁRIO		
4.1	SEMFRA	0001	DIÁRIAS	1	100,00		
SUBTOTAL					100,00		
5 – CUSTO DE ATENDIMENTO							
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$					
5.1	MÃO DE OBRA	900,00					
5.2	MATERIAL	100,00					
5.3	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO	10,00					
5.4	INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS	100,00					
5.5	FATOR MULTIPLICADOR PM	900,00					
5.6	CUSTO GLOBAL	2000,00					

DATA DE EMISSÃO: _____

ASSINATURA CONTRATADA: _____

ANEXO 3 – PLANILHA DE MEDIÇÃO

LOGO

NOME DA EMPRESA

CNPJ

CPF

MANUTENÇÃO PRECATORIAL TERCEIRO LOTE

PLANILHA DE MEDIÇÃO								CONTRATO	XX-2015
NÚMERO	PARCELA	LOTE	MÊS DE REFERÊNCIA	PERÍODO	FATOR MULTIPLICADOR	VERSÃO SINAPI	ENCARGOS SINAPI	VERSÃO SEMFRA/CE	ENCARGOS TJCE
1		IV	ABR/2015		1	201015	15,45%	23	14,00%

1 – COMPOSIÇÃO – PARCELA MÃO-DE-OBRA							
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CUSTO TABELA	CUSTO ADEQUADO – TJCE	HORAS TRABALHADAS	CUSTO
1.1	SINAPI	80245	AJUDANTE DE FORTÍFICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.2	SINAPI	80247	AJUDANTE DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.3	SINAPI	80248	AJUDANTE DE ENCANADOR OU SOMBREIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.4	SINAPI	80249	ELÉTRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.5	SINAPI	80257	ENCANADOR OU SOMBREIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.6	SINAPI	80258	ENCANADOR OU SOMBREIRO	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.7	SINAPI	80259	PORTATEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.8	SINAPI	80260	SEPEVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
1.9	SINAPI	80261	ELÉTRICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R\$ 1,00	0	0	R\$ 0,00
						SUBTOTAL	R\$ 0,00

2 – COMPOSIÇÃO – PARCELA MATERIAL			
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	TOTAL
2.1	SINAPI	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SINAPI	R\$ 0,00
2.2	SEINFRA	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NA TABELA SEINFRA/CE	R\$ 0,00
2.3	MEMORANDO	MATERIAL COM BASE DE PREÇO NÃO TROCADO	R\$ 0,00
			SUBTOTAL


3 – INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO				
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	QUILOMETRAGEM (DE/RE)
3.1	CONTRATO	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO NECESSÁRIO PARA OS ATENDIMENTOS NAS OBRAS	R\$ 1,00	0
			SUBTOTAL	R\$ 0,00

4 – INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS					
ITEM	TABELA REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DIÁRIAS	PREÇO UNITÁRIO
4.1	SEINFRA	80262	DIÁRIA GERAL	0	R\$ 12,00
				SUBTOTAL	R\$ 0,00

5 – CUSTO DO ATENDIMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
5.1	MÃO DE OBRA	R\$ 0,00
5.2	MATERIAL	R\$ 0,00
5.3	INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO	R\$ 0,00
5.4	INDENIZAÇÃO POR DIÁRIAS	R\$ 0,00
5.5	FATOR MULTIPLICADOR (FM)	R\$ 0,00
5.6	CUSTO GLOBAL	R\$ 0,00

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tem uma política de melhoria contínua e se reserva o direito de modificar esse formulário sempre que achar conveniente.

ANEXO 4 – CHECK LIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

 LOGO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	NOME EMPRESA CHECK-LIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
EMPRESA RESPONSÁVEL	EMPRESA VITÓRIA
CÓDIGO	DATA
RESPONSÁVEL PELA VITÓRIA	FUNÇÃO
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
1 - PÉSSIMO	
2 - REGULAR	
3 - BOM	
4 - ÓTIMO	
5 - NOVO	
1	2
3	4
5	6
7	8
9	10
11	12
13	14
15	16
17	18
19	20
21	22
23	24
25	26
27	28
29	30
31	32
33	34
35	36
37	38
39	40
41	42
43	44
45	46
47	48
49	50
51	52
53	54
55	56
57	58
59	60
61	62
63	64
65	66
67	68
69	70
71	72
73	74
75	76
77	78
79	80
81	82
83	84
85	86
87	88
89	90
91	92
93	94
95	96
97	98
99	100
101	102
103	104
105	106
107	108
109	110
111	112
113	114
115	116
117	118
119	120
121	122
123	124
125	126
127	128
129	130
131	132
133	134
135	136
137	138
139	140
141	142
143	144
145	146
147	148
149	150
151	152
153	154
155	156
157	158
159	160
161	162
163	164
165	166
167	168
169	170
171	172
173	174
175	176
177	178
179	180
181	182
183	184
185	186
187	188
189	190
191	192
193	194
195	196
197	198
199	200
201	202
203	204
205	206
207	208
209	210
211	212
213	214
215	216
217	218
219	220
221	222
223	224
225	226
227	228
229	230
231	232
233	234
235	236
237	238
239	240
241	242
243	244
245	246
247	248
249	250
251	252
253	254
255	256
257	258
259	260
261	262
263	264
265	266
267	268
269	270
271	272
273	274
275	276
277	278
279	280
281	282
283	284
285	286
287	288
289	290
291	292
293	294
295	296
297	298
299	300
301	302
303	304
305	306
307	308
309	310
311	312
313	314
315	316
317	318
319	320
321	322
323	324
325	326
327	328
329	330
331	332
333	334
335	336
337	338
339	340
341	342
343	344
345	346
347	348
349	350
351	352
353	354
355	356
357	358
359	360
361	362
363	364
365	366
367	368
369	370
371	372
373	374
375	376
377	378
379	380
381	382
383	384
385	386
387	388
389	390
391	392
393	394
395	396
397	398
399	400
401	402
403	404
405	406
407	408
409	410
411	412
413	414
415	416
417	418
419	420
421	422
423	424
425	426
427	428
429	430
431	432
433	434
435	436
437	438
439	440
441	442
443	444
445	446
447	448
449	450
451	452
453	454
455	456
457	458
459	460
461	462
463	464
465	466
467	468
469	470
471	472
473	474
475	476
477	478
479	480
481	482
483	484
485	486
487	488
489	490
491	492
493	494
495	496
497	498
499	500
501	502
503	504
505	506
507	508
509	510
511	512
513	514
515	516
517	518
519	520
521	522
523	524
525	526
527	528
529	530
531	532
533	534
535	536
537	538
539	540
541	542
543	544
545	546
547	548
549	550
551	552
553	554
555	556
557	558
559	560
561	562
563	564
565	566
567	568
569	570
571	572
573	574
575	576
577	578
579	580
581	582
583	584
585	586
587	588
589	590
591	592
593	594
595	596
597	598
599	600
601	602
603	604
605	606
607	608
609	610
611	612
613	614
615	616
617	618
619	620
621	622
623	624
625	626
627	628
629	630
631	632
633	634
635	636
637	638
639	640
641	642
643	644
645	

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e RENATO ARAUJO DUARTE. Data da última assinatura: 09/06/2017 às 10:52:54. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509534-34.2017.8.06.0000 e o código 444ZC8B.

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tem uma política de melhoria contínua e se reserva o direito de modificar esse formulário sempre que achar conveniente.

ANEXO 6 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

MANUTENÇÃO PREDIAL TERCEIRIZADA



FOTO 05 – PINTURA – DEPOIS



FOTO 06 – PINTURA – DEPOIS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tem uma política de melhoria contínua e se reserva o direito de modificar esse formulário sempre que achar conveniente.

ANEXO 8 - EXEMPLO DE CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO

➔ Serviços de manutenção em cidades com mais de 40 (quarenta) km de distância Edifício Sede do Tribunal de Justiça (Palácio da Justiça)

➔ Rota para manutenção preventiva com equipe formada por 5 trabalhadores realizada em 4,5 dias (saída na segunda feira com retorno na sexta feira)

➔ Diária R\$ 72,59 (I8563 da Tabela 23 da SEINFRA-CE)

Id	Distância	Saída	Destino
1	45,6	Palácio da Justiça	Pacajus
2	28,7	Pacajus	Cascavel
3	52,5	Cascavel	Palácio da Justiça
	126,8	Distância Total	

Assim o valor a ser pago seria:

Indenização por deslocamento

$$IDE = DI \times Vkm$$

$$IDE = 126,8 \times R\$ 0,70$$

$$IDE = R\$ 88,77$$

Onde:

IDE Indenização por Deslocamento

DI Distância (com base nas menores distâncias, para carros de passeio, informadas pelo DER-CE)

Vkm Valor do km rodado

DE Desconto oferecido pela Empresa ou Consórcio de Empresas

Indenização por diárias

$$\text{IDI} = \text{ND} \times \text{NT} \times \text{VD}$$

$$\text{IDI} = 4,5 \times 5 \times \text{R\$ } 70,00 = \text{R\$ } 1.575,00$$

Onde:

IDI Indenização por Diárias

ND Número de dias

NT Número de trabalhadores envolvidos nos serviços

VD Valor da diária, com base na Tabela SEINFRA-CE.

ANEXO 10 – MODELO DE PROPOSTA

AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO

Ref.: Proposta de Preço

Prezados Senhores:

[NOME_EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [NUMERO_CNPJ], estabelecido na [ENDEREÇO_DA_SEDE], apresenta proposta comercial e demais condições para a prestação dos serviços de manutenção predial e serviços de adequação predial para atuação nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conformidade com o que segue discriminado:

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social: [RAZÃO_SOCIAL_DA_EMPRESA]
CNPJ: [NUMERO_CNPJ]
Inscrição Estadual: [NUM_INSCRIÇÃO_EST]
Representante: [NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA]
Carteira de Identidade: _____ CPF: _____
Endereço Completo: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

2. PREÇO DO SERVIÇO

2.1 A empresa propõe o seguinte FATOR MULTIPLICADOR (FM), onde:

Desconto (DE) = [DESCONTO_LICITAÇÃO];

BDI = [BDI_DA_EMPRESA];

$FM = [(1 - DE) \times (1 + BDI)] = [FM_PROPOSTO];$

2.2 A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da sua emissão.

3. TABELA DE REFERENCIA VIGENTE

No momento da elaboração desta proposta, estão vigentes as seguintes tabelas de referências de preços:

SEINFRA-CE: [SEINFRA VIGENTE]

SINAPI: [SINAPI VIGENTE]

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

49 O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e RENATO ARAUJO DUARTE. Data da última assinatura: 09/06/2017 às 10:52:54. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509534-34.2017.8.06.0000 e o código 444ZYC8B.

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2019.05.20.256400>; this version posted May 20, 2019. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.

ANEXO 12 – TABELAS DE COMPOSIÇÃO DO BDI

TAXAS E BDI - BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	NÃO DESONERADO		DESONERADO	
		%	% ACUM	%	% ACUM
1		CUSTOS INDIRETOS			
1.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6,50%		6,50%	
1.2	SEGUIROS	0,30%		0,30%	
1.3	GARANTIAS	0,21%		0,21%	
1.4	RISCOS	0,75%	7,82%	0,75%	7,82%
2	DESPESAS FINANCEIRAS	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
3		TRIBUTOS			
3.1	PIS	0,65%		0,65%	
3.2	SS	2,50%		2,50%	
3.3	COFINS	3,00%		3,00%	
3.4	CPIS/B	0,00%	6,15%	4,50%	6,65%
4		LUCRO			
4.1	LUCRO BRUTO	7,75%	7,75%	7,75%	7,75%
BDI (%) = { [(1 - CUSTOS INDIRETOS) x (1 + DESPESAS FINANCEIRAS) x (1 + LUCRO)] / (1 - TRIBUTOS) } - 1 }					
5	Bonificação e Despesas Indiretas		35,03%		31,32%

* % de ISS considerando o percentual de serviço de 50% do Preço de Venda - Observar a Legislação do Município

Observação: Os valores percentuais descritos nesta tabela foram calculados com base na tabela 17 (e anexo 1369/2011) do TCU

ANEXO 13 - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO

O Cálculo da Indenização por deslocamento foi feito através do link:

<http://www.carrosnaweb.com.br/dicas3.asp>

Os dados considerados no cálculo foram:

Veículo:

Veículo: Frontier S CD 4x2 2.5 TB Diesel, Código Fipe: 023121-5

Valor de Compra: R\$ 82.029,00

Veículo: Frontier S CD 4x2 2.5 TB Diesel - Ano Modelo: 2015

Fonte: Tabela Fipe, maio de 2016

Valor de Venda do Veículo (após um ano): R\$ 74.451,00

Veículo: Frontier S CD 4x2 2.5 TB Diesel - Ano Modelo: 2015

Fonte: Tabela Fipe, maio de 2017

Rendimento Anual: 6,66915%

Fonte: Caderneta de Poupança: 18 de maio de 2014 a 17 de maio de 2015

Tempo de uso desde a compra:

01 (um) ano

Gasto com seguro por ano:

R\$ 3.398,00 (Fonte: <http://www.carrosnaweb.com.br/resultcompara.asp?modelos=1234-1370>)

Gasto com licenciamento e IPVA por ano:

R\$ 2.123,20

Gasto com estacionamento por ano:

R\$ 210,00 (valor estimado)

Gasto com manutenção por ano:

R\$ 3.834,00 (valor estimado)

Valor do litro de combustível:

R\$ 3,222 (Síntese dos Preços Praticados – Fortaleza-CE, Diesel S10 R\$/l, Período: De 21/05/2017 a 27/05/2017, http://anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp)

Consumo médio de combustível:

12 km/l (diesel, considerando 25% de percurso urbano e 75% de consumo rodoviário)

Quilometragem desde a compra:

45.000 km (média de consumo histórico, consideradas as três regiões)

Resultado do Cálculo:

R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real)

ANEXO 14 – FATOR MULTIPLICADOR MÁXIMO

$$FM = [(1 - DE) \times (1 + BDI)]$$

$$FM = [(1 - 0,00) \times (1 + 0,3132)] = 1,3132$$

$$FM = 1,31$$

O valor acima foi truncado para duas casas decimais.

ANEXO 15 – ESTIMATIVA DE CUSTOS



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO INFRAESTRUTURA
COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO**

MEMÓRIA DE CÁLCULO - LOTE 1 / REGIÃO I

REMUNERAÇÃO M.O. DA REGIÃO – MENSAL - LOTE 1						
Descrição do Item	Código SEINFRA	Código SINAPI	Custo Mensal TJCE com ES (74%)	Custo Horário TJCE com ES (74%)	Mão – de – obra (horas/mês)	Total w/ FM
ENGENHEIRO CIVIL JÚNIOR		90777		R\$ 51,02	220	R\$ 11.024,40
TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	16587		R\$ 5.120,64			R\$ 5.120,64
ENCARREGADO DE TURMA	16591		R\$ 3.549,60	R\$ 16,13	440	R\$ 7.026,12
			Total Mensal (Sem FM)			R\$ 26.330,46
			Total (Sem FM)			R\$ 160.982,76

DIÁRIAS - LOTE 1		
Período		VALOR TOTAL
Mensal	120	R\$ 10.800,00
	Total	R\$ 64.800,00

DESLOCAMENTO - LOTE 1			
Período	Distância	Valor do km	VALOR TOTAL
Mensal	4200	R\$ 2,75	R\$ 11.550,00
		Total	R\$ 18.000,00

REMUNERAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS - LOTE 1		
Período		VALOR TOTAL
Mensal		R\$ 95.000,00
	Total	R\$ 570.000,00

QUADRO RESUMO - LOTE 1 (SEM FATOR DE MULTIPLICAÇÃO)		
Descrição do Item	Ano – 2017	VALOR TOTAL
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS (Mão de obra, Ferramentas e materiais)	R\$ 732.952,76	R\$ 752.982,76
REMUNERAÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGENS	R\$ 64.800,00	R\$ 64.800,00
REMUNERAÇÃO DE QUILÔMETROS	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
SOMATÓRIO	R\$ 813.752,76	R\$ 813.752,76

ESTIMATIVA DE CUSTOS (INCLUI FATOR DE MULTIPLICAÇÃO)

QUADRO RESUMO - LOTE 1 (COM FATOR DE MULTIPLICAÇÃO)		
Descrição do Item	Ano – 2017	VALOR TOTAL
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS (Mão de obra, Ferramentas e materiais)	R\$ 957.527,41	R\$ 957.527,41
REMUNERAÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGENS	R\$ 64.800,00	R\$ 64.800,00
REMUNERAÇÃO DE QUILÔMETROS	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
SOMATÓRIO	R\$ 1.040.327,41	R\$ 1.040.327,41

Observações:

a) Os cálculos foram realizados em planilha eletrônica.

c) Os valores estimados foram baseados em histórico de consumo.

d) A estimativa foi realizada com DDI de 31,32% (FM=1,31)

e) Versão da Tabela SINAPI - 04/2017 CE - Versão da Tabela SEINFRA 324

JUSTIFICATIVA PELA FIXAÇÃO DOS VALORES DAS INDENIZAÇÕES POR DIÁRIAS E DESLOCAMENTO

Seguindo orientações da Auditoria deste Tribunal o BDI não deve incidir sobre indenizações por diárias ou deslocamento. Como o Fator de Multiplicação (FM) é uma função de duas variáveis, sendo uma o BDI e a outra o desconto oferecido pelo PROPONENTE (DE), o FM não deve incidir sobre as indenizações em questão.

Caso fosse feita a opção pela aplicação do desconto (sem a incidência do BDI) sobre as indenizações por diárias e deslocamento, conforme demonstrado a seguir, sob determinadas condições a contratação de uma empresa que ofertasse o menor FM poderia resultar em um prejuízo ao Tribunal quando comparada com uma empresa que ofertasse um FM maior.

Demonstração

Empresa	DE	BDI	FM*
Empresa A	0%	24%	1,24
Empresa B	4%	30,23%	1,25

Supondo um custo inicial (sobre os quais não incidam BDI e o desconto) no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), onde 25% seja referente a indenizações por deslocamento e os demais 75% referente a materiais e insumos, teremos:

Empresa A

$$\text{Custo Total} = R\$ 75.000 \times 1,24 + R\$ 25.000 \times (1-0\%) = R\$ 93.000 + R\$ 25.000$$

$$\text{Custo Total} = R\$ 118.000$$

Empresa B

$$\text{Custo Total} = R\$ 75.000 \times 1,25 + R\$ 25.000 \times (1-4\%) = R\$ 93.750 + R\$ 24.000$$

$$\text{Custo Total} = R\$ 117.750$$

Portanto, para este caso, seria mais vantajoso para a administração contratar com a empresa B, mesmo esta tendo ofertado um maior fator de multiplicação.

Solicita proposta de preços

Renato Araujo Duarte

Enviado: segunda-feira, 5 de junho de 2017 13:15

Para: proexurb@hotmail.com

Anexos: Modelo de Proposta.doc (37 KB) ; TR Emergencial.pdf (2 MB)

Prezado,

Participo a Vossa Senhoria que o Tribunal de Justiça pretende contratar emergencialmente empresa especializada nos serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), conforme Termo de Referência que segue em anexo.

Caso essa empresa tenha interesse na contratação, solicito que seja apresentada proposta de preços nos moldes do modelo anexo, para a devida avaliação.

Att.,

Renato Duarte

Coordenador de Manutenção

Secretaria de Administração e Infraestrutura

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Fone: (85) 3207 7499 // 988195460

 **Nossa Missão: Garantir direitos para realizar Justiça.**



Antes de Imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente!
Think about your responsibility and commitment to the environment before you print.
